

ATA N.º 23/2019

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

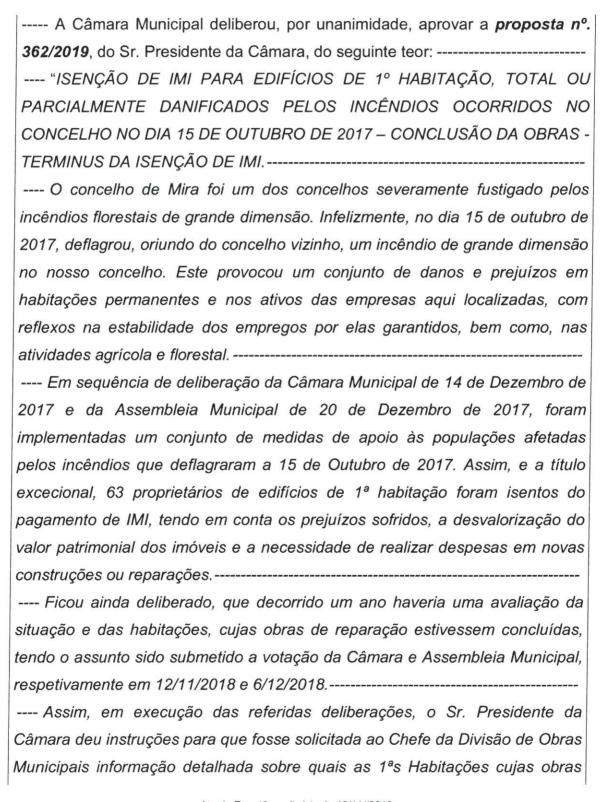
12/11/2019

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

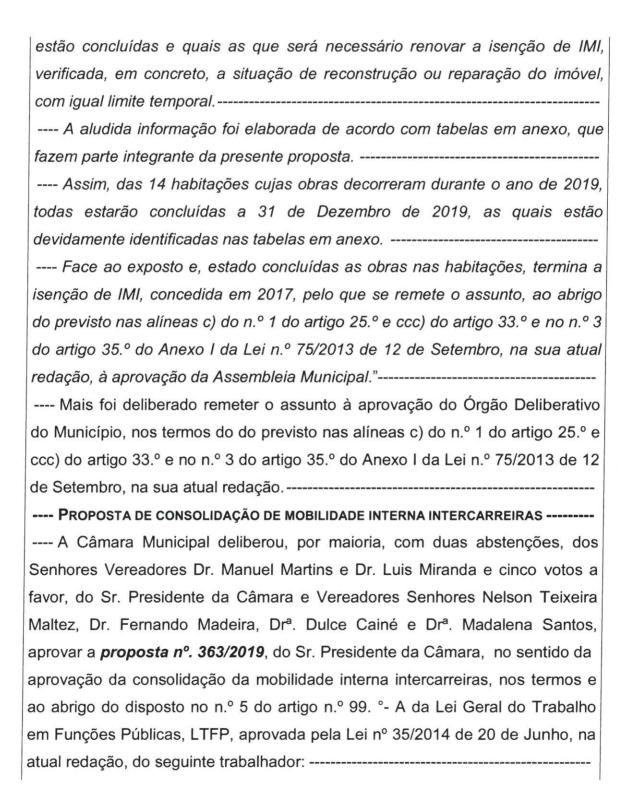


Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, pelas dezoito
horas, no salão nobre da Câmara Municipal de Mira, reuniu esta,
ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei
Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Senhores Nelson
Teixeira Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé,
Dr. Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões Miranda e Drª.
Madalena Isabel Colaço dos Santos
Presente também o Chefe da Divisão de Proteção Civil, Planeamento,
Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Lopes
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 18:00
horas
FINANÇAS MUNICIPAIS:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 215, de 11 de novembro de
2019, com um saldo orçamental de 396.973,38 € (trezentos e noventa e seis
mil, novecentos e setenta e três euros e trinta e oito cêntimos)
APROVAÇÃO DE ATAS:
ATA DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 31 de outubro
de 2019, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter
sido disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 11 de novembro de 2019,
tendo a mesma sido aprovada por unanimidade
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
Neste espaço da reunião não se verificaram intervenções
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
ISENÇÃO DE IMI PARA EDIFÍCIOS DE 1º HABITAÇÃO, TOTAL OU PARCIALMENTE
DANIFICADOS PELOS INCÊNDIOS OCORRIDOS NO CONCELHO NO DIA 15 DE OUTUBRO
DE 2017 – CONCLUSÃO DAS OBRAS - TERMINUS DA ISENÇÃO DE IMI

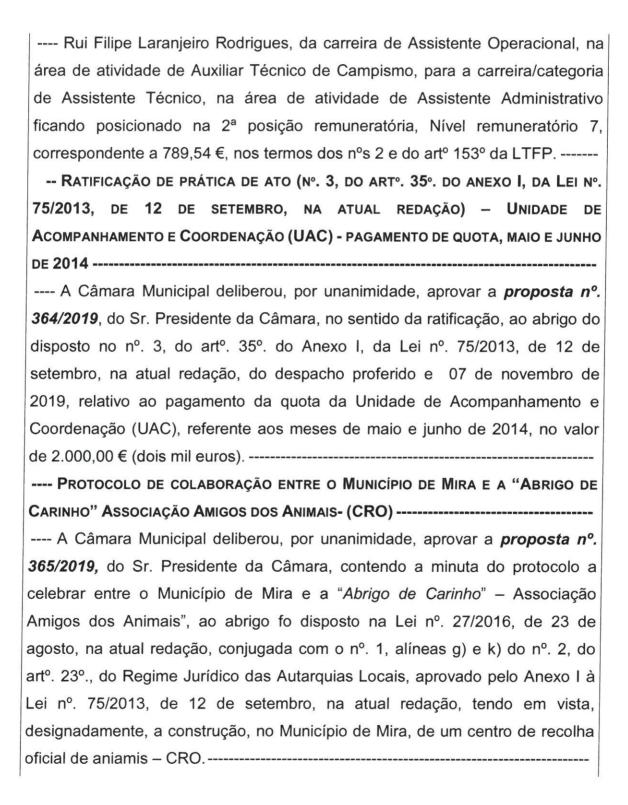








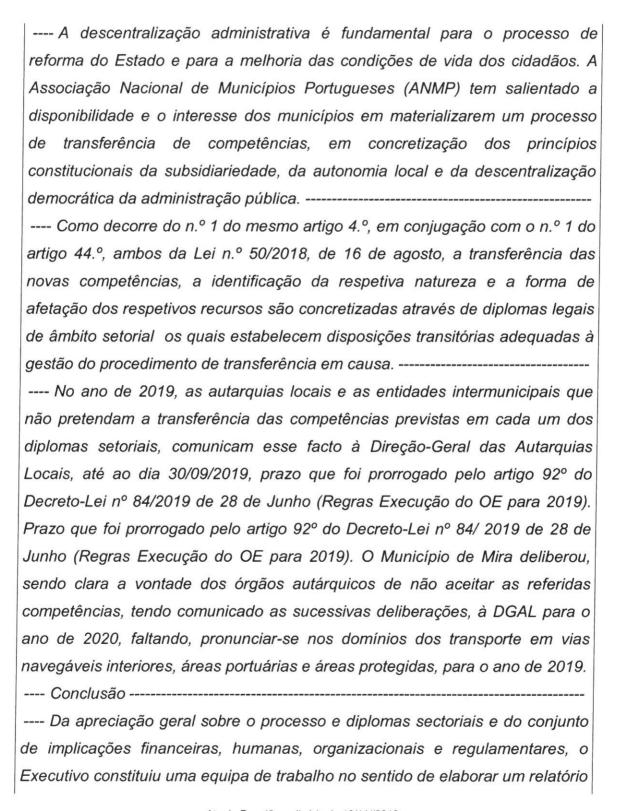






A referida minuta encontra-se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte
integrante
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins quis saber a quem ficaria a pertencer o
CRO, se à Câmara Municipal ou à Associação, uma vez que a sua construção
constituía obrigação do Município
O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o CRO seria pertença da
Autarquia, sob a direção do Veterinário Municipal
Disse que se tratava da concretização e materialização do acordo já
existente entre a Câmara Municipal e a Associação dos Amigos dos Animais e
seria aberto concurso público para execução da empreitada, que levaria cerca
de um ano a realizar
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DIPLOMAS SETORIAIS NOS
DOMÍNIOS TRANSPORTE EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES, ÁREAS PORTUÁRIAS,
ÁREAS PROTEGIDAS - ANO DE 2019
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos
Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a
favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Teixeira
Maltez, Dr. Fernando Madeira, Drª. Dulce Cainé e Drª. Madalena Santos,
aprovar a <i>proposta nº. 366/2019</i> , do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte
teor:
"DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI-QUADRO DE
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL
E DIPLOMAS SETORIAIS NOS DOMINIOS TRANSPORTE EM VIAS
NAVEGÁVEIS INTERIORES, ÁREAS PORTUÁRIAS, ÁREAS PROTEGIDAS -
ANO DE 2019
Nota prévia e enquadramento





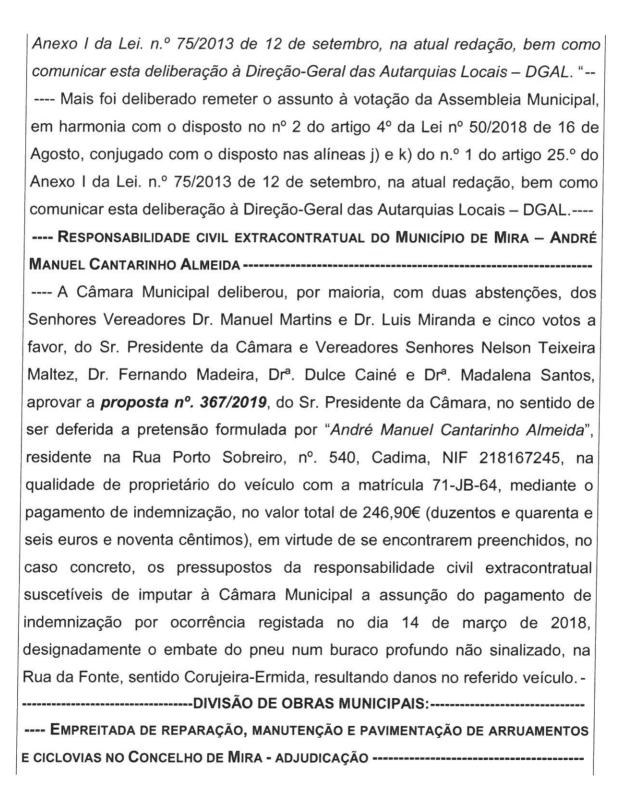


fundamentado quanto às condições necessárias para se operar a transferência nas diversas áreas, na análise preliminar dos técnicos e do levantamento dos custos às obras estruturais e de manutenção a realizar nomeadamente, nos domínios da saúde, educação praias, a milhares de euros, considera-se assim novamente, despois de remetidos mais dados pelo Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, que não estão reunidas as condições para se poder aceitar a transferência de competências em diversos domínios.--------- Face ao exposto é prudente e sensato que este processo seja preparado de modo racional e financiado, dado que o Município de Mira já tem conhecimento e experiência em matéria de transferência de competências, na área da Educação, tendo ao longo do tempo recolhido ensinamentos que são seguramente úteis neste novo processo. A Lei-quadro e o respetivos diplomas setoriais estabelecem que essas transferências se possam efetuar de forma gradual, possibilitando às autarquias a opção de adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL. --------- Face ao exposto tendo em consideração que a prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades públicas devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado. --------- Ponderando o princípio da subsidiariedade, inserto em diversos diplomas dispõe que os procedimentos ao nível da Administração Pública deverão ser coordenados de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo das populações;---------- Considerando que a proximidade entre os níveis de decisão e de ação favorece um quadro de entendimento local que permite garantir a integração



intersectorial, a compatibilização de interesses e conferir uma responsabilidade partilhada para a consecução de objetivos ambientais, segundo princípios de eficácia e eficiência económica, com a tomada de decisões atempadas e eficientes no âmbito da execução material dos projetos e verificando-se não estarem reunidas as condições de facto, designadamente, financeiras, humanas e organizacionais, para se operar a transferência de competências, no ano de 2019, propõe-se que Câmara Municipal de Mira delibere, novamente, por ser essa a vontade expressa, conforme faculdade prevista no nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto; ---------- Não aceitar para o ano de 2019 as competências previstas nos seguintes diplomas: --------- Transporte em vias navegáveis interiores-Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis; ---------- Áreas portuárias-Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; --------- Áreas protegidas- Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21/08/2019, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas. ---------- 2. Submeter esta proposta à votação da Assembleia Municipal, em harmonia com o disposto no nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto, conjugado com o disposto nas alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º do







---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Teixeira Maltez, Dr. Fernando Madeira, Dra. Dulce Cainé e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta nº. 368/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da adjudicação do Concurso Público para a execução da "Empreitada de reparação, manutenção e pavimentação de arruamentos e ciclovias no concelho de Mira", nos termos propostos no relatório final, ao concorrente classificado em 1º lugar "Civibérica - Obras Civis, S.A" pelo valor de 1.084.900,00 € (um milhão oitenta e quatro mil e novecentos euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução da empreitada de 275 dias, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do C.C.P., conjugado com o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. --------- Mais foi deliberado aprovar da minuta do respetivo contrato escrito, ao abrigo do disposto no artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos. ---------- EMPREITADA DE EXPANSÃO DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL - POLO I - AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA ZONA INDUSTRIAL DE MIRA - POLO I - ADJUDICAÇÃO--------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº*. 369/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação de todas as propostas e a adjudicação do Concurso Público para a execução da Empreitada de Expansão da Área de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial Polo I – Ampliação/Remodelação das Infraestruturas da Zona Industrial de Mira - Polo I, nos termos propostos no relatório final, ao concorrente classificado em 1º lugar, "Prioridade - Construção Vias de Comunicação, SA" pelo valor apresentado de 1 120 139,51 € (um milhão, cento e vinte mil, cento e trinta e nove euros e cinquenta e um cêntimos), a acrescentar de IVA, com um prazo de execução da empreitada de 427 dias, ao abrigo do disposto no n.º 4

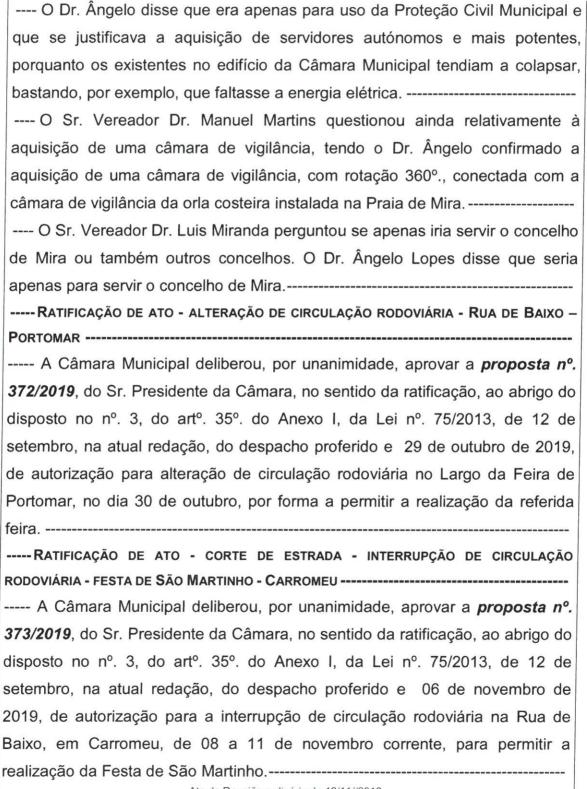






Peças Escritas e Peças Desenhadas, empreitada que ascende ao valor global de € 164.082,80 (cento e sessenta e quatro mil e oitenta e dois euros e oitenta cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor. --------- O Chefe da DPCPOA, Dr. Ângelo Lopes explicou que o projeto dizia respeito à revitalização de edifício, património municipal, destinado a instalar o Centro Municipal de Proteção Civil. Adiantou que os Sapadores Municipais, bem como a logística daquele serviço já se encontravam lá instalados, o que se pretendia era requalificar as áreas existentes, que se encontravam degradadas, recuperar telhados, balneários, etc., dando mais dignidade ao edifício.---------- Informou que a par das obras de requalificação do edifício, se pretendia também fazer um upgrade dos equipamentos informáticos, apetrechar o serviço com equipamentos que não colapsassem perante intempéries, um gerador autónomo, etc.--------- Disse ainda que não era viável a apresentação de candidatura para requalificação do quartel dos bombeiros, uma vez que o edifício a intervencionar tinha que ser propriedade do Município, daí ter-se apostado num edifício pertencente à Câmara Municipal, um edifício central e próximo de toda a área territorial municipal.--------- O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou se se tratava de uma ou de duas candidaturas. --------- O Dr. Ângelo explicou que se tratava de apenas uma candidatura (Código CENTRO-14-2019-11), com duas componentes, uma dizia respeito aquisição de equipamentos e outra à execução da empreitada de requalificação do edifício, num total de mais de quatrocentos mil euros.--------- O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou se os equipamentos eram apenas para uso dos serviços de proteção civil ou se também se destinavam a dar formação a mais alguém.-----







ENCERRAMENTO:
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
declarada encerrada a reunião, sendo 18:45 horas, tendo sido aprovada, por
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do
disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
Deiny,
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)